

RESENHAS

Teixeira, Jacqueline Moraes. 2016. *A mulher Universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade*. Rio de Janeiro: Mar de Idéias. 216 pp.

ANDRÉIA VICENTE DA SILVA

A proposta central do livro é pensar o espaço público como local de produção e negociação de sentidos a partir da participação e da visibilidade das agências religiosas nos debates sobre temas controversos (:33). Assim, Jacqueline Teixeira apresenta esta interessante etnografia na qual analisa diversas instâncias do programa disciplinador da Igreja Universal do Reino de Deus (doravante IURD) em cujo centro está a ideia de prosperidade. O recorte empírico escolhido diz respeito aos direitos reprodutivos, mais especificamente a questão do aborto, tomando como ponto de partida a defesa do direito das mulheres de abortar feita por Edir Macedo no ano de 2007.

Para empreender tal análise, a antropóloga dialoga diretamente com três teóricos das ciências sociais. A partir de Habermas classifica o aborto como uma controvérsia pública, estabelecendo o espaço público como locus no qual não só os debatedores se encontram, mas no qual a opinião pública tem papel fundamental de legitimação dos dilemas. De Lemieux, toma o eixo metodológico pensando a controvérsia como recorte estratégico de pesquisa já que permitiria a visualização das interações discursivas marcadas por relações de oposição e de conflito. Através da noção de *habitus* de Bourdieu, os saberes e os rituais, que conformam um senso prático adotado pelos frequentadores desta igreja neopentecostal e que atingem todas as esferas da vida de seus participantes, são esquadrihados. Assim, o texto em questão localiza e analisa situações de interações discursivas a partir do entendimento da esfera pública como um espaço de ação comunicativa e da prática sobre direitos reprodutivos como discurso que está sustentado por uma certa visão de mundo.

No primeiro capítulo, o foco está nos pronunciamentos sobre o aborto realizados por Macedo e seus opositores, entre eles feministas, políticos e outros cristãos. O objetivo da autora é localizar a posição do bispo em um momento histórico específico – a assembleia constituinte que culminou com a Carta Magna de 1988 – e numa compreensão cosmológica complexa.

Através da análise de documentos oficiais, jornais e livros religiosos, Jacqueline sustenta que o debate sobre os direitos reprodutivos fez parte de um processo de formação de uma política da diferença, na qual a categoria “evangélico” surgiu como um reconhecimento identitário de crença. O desdobramento inesperado do processo ocorreu a partir da virada para o século XXI, quando diante de uma nova votação que visava rever as sanções para o aborto, Macedo se declara favorável a tal prática.

Neste momento do livro, a análise da autora é muito fina e potente demonstrando um intrincado jogo de complementaridades e oposições que identifica o bispo e a IURD na controvérsia. Por exemplo, embora o aborto seja defendido como forma de atender prerrogativas individuais e das mulheres, essa defesa difere das pautas feministas, já que aparece atrelada a uma noção específica de direito. Na aceção iurdiana, o fiel adquire direitos a partir de uma relação de reciprocidade com Deus. Nesta relação, a mulher é responsável por gerenciar seu corpo e produzir uma família próspera. A partir da teologia da prosperidade, o aborto se justifica como uma forma de controle da pobreza e à mulher cabe a decisão de gerenciar seu corpo não somente para si mas com o objetivo de conduzir sua família à plenitude.

Para demonstrar o programa disciplinador da IURD em ação, o trabalho segue reduzindo cada vez mais o foco de análise, especificando os dispositivos pedagógicos interligados que são aplicados às mulheres e aos casais. A partir da teologia da prosperidade se defende a produção da vida em abundância que só pode ser alcançada definindo-se metas que devem ser mentalizadas e ditas em forma de ordenamento (p. 93). Ao apresentar a ideia de prosperidade como eixo de convergência entre o ritual e a prática cotidiana, é possível observar como o discurso teológico se aplica aos direitos reprodutivos e a família. Há um investimento institucional em publicação de livros e blogs, na divulgação de programas de notícias, no incentivo a intervenções médicas, a fim de produzir o planejamento individual que garanta a execução do modelo de família proposto. Na família bem-sucedida, a mulher utiliza seu papel de empoderamento para decidir quando e quantos filhos ter e também para empreender. Casais sem filhos ou com um menor número de filhos e uma maior dedicação ao trabalho também são apontados como mais próximos do modelo de matrimônio desejado. Vemos surgir uma série de escolhas teológicas e práticas rituais que são postas em ação para que tal modelo de família e de casamento sejam produzidos. Entre estes, a ideia de fé racional – inteligente e consciente – é essencial já que a partir dela o fiel planeja sua vida interligando meios e fins para produzir uma vida abundante em recursos materiais e espirituais.

No capítulo 2, o foco da análise está no conjunto de ações práticas e simbólicas que abrangem tanto o rito quanto o cotidiano dos fiéis através da relação entre sacrifício e desafio. Vê-se claramente a construção de uma narrativa de si na qual o “circuito da conquista” emerge como um modelo para a legitimação da nova religiosidade e também para a execução individual do projeto pedagógico com foco na prosperidade. Jacqueline demonstra como esse processo funciona. Primeiro, a análise se concentra no mito de origem da IURD correlacionando acontecimentos da vida pessoal do bispo Macedo com a saga da fundação da igreja a partir da produção de uma memória social que se movimenta do sofrimento até a vitória. Em seguida, o calendário anual de eventos é exposto. Nesta passagem somos remetidos a atividades coletivas e tarefas individuais através das quais o corpo do fiel é educado para a prosperidade. Percebe-se como há uma complementaridade entre atividades rituais e práticas cotidianas que juntas constroem um *habitus*.

É esse mesmo circuito da conquista que embasa a criação do projeto Godllywood em 2010 que é um programa voltado para ensinar “a mulher a ser mulher” (p. 147). As evidências apresentadas apontam para a divisão das mulheres em grupos etários que devem cumprir certos desafios que compõem a sequência temporal do projeto. A dinâmica entre desafio e sacrifício dá corpo a esse programa

minimalista que transforma as “*bigsis*” (esposas de pastores) em fiscalizadoras da formação cotidiana de cada uma das mulheres que estão sob seu treinamento. As atividades propostas atingem o âmbito do cuidado corporal, dos relacionamentos familiares, da vida financeira e do trabalho na obra religiosa. Todos estes procedimentos devem ser adotados com o objetivo de gerar uma educação de sentidos que em última instância daria vazão ao surgimento da nação orientada por Deus. É no bojo desta ideia de nação que a prática abortiva se insere como parte de um código de sentidos que regula a natalidade e a sexualidade como marcadores necessários para fazer surgir um novo modelo de vida onde a prosperidade de fato possa se estabelecer.

Por fim, no terceiro capítulo, a autora demonstra de que forma a razão pedagógica iurdiana se aplica ao casamento. Para tanto, analisa dois programas de treinamento de casais: A “Terapia do amor” e a “Escola do amor” (The love School). Nesses programas há uma produção constante de generalizações de códigos que são essenciais para construir a imagem da união matrimonial bem-sucedida. Os mecanismos que visam gerar valores comunitários positivos estão interligados com o reconhecimento de um senso de pertencimento e de identidade. Por exemplo, na terapia do amor há uma vinculação do indivíduo positivado pelo ritual de libertação e que a partir dele pode se dispor a adquirir as competências necessárias para entrar no mercado matrimonial congregacional. Seguindo a mesma receita, na escola do amor, o foco está em tarefas impostas visando potencializar a construção cotidiana do modelo de família voltado para o casal. Se o casamento é como uma empresa que tem objetivos e que produz resultados, os exercícios requeridos tratam de naturalizar a diferença entre os sexos mas também construir um corpo domesticado e aprimorado para o cuidado de si e para o cuidado do outro. Através do programa de gerenciamento de relações, o êxito do casamento está novamente condicionado ao uso da fé racional que leva a uma reconstrução de sentidos do que é ser homem e do que é ser mulher.

Depois que o leitor acompanha a análise fina de cada uma das facetas do programa disciplinador da IURD, ele compreende de que forma a defesa do aborto se situa na cosmologia e está presente nos rituais e na vida cotidiana dos fiéis. Através da produção de dispositivos de regulação e cuidados com o corpo, do casamento, da mulher e do sexo, a ideia de prosperidade se impõe como marcador cotidiano dessa diferença e alcança todas as esferas da vida dos seus participantes, incluindo aquela que diz respeito à procriação.

Como leitora, acredito que este trabalho pode contribuir enormemente para os estudos sobre as mulheres já que nos traz uma concepção da diferença que dialoga com certas pautas do feminismo e do campo dos direitos humanos na mesma proporção que se contrasta e se opõe a elas. É possível perceber como esta perspectiva é complexa e se apresenta em espaços e tempos múltiplos: da cena federal ao púlpito da igreja do subúrbio; do ritual ao cotidiano; dos templos as casas.

Da mesma forma, também é um material rico para os debates atualíssimos a respeito das relações entre religião e política já que nos aproxima da compreensão a respeito de como determinadas ideias irrompem do espaço privado e das confissões religiosas e se lançam na esfera pública sendo responsáveis por potencializar as controvérsias e os debates, principalmente em momentos em que as políticas públicas estão sendo definidas. Neste último ponto, o livro dá conta de reconstituir algumas redes de atores – principalmente religiosos e conservadores – que articulados agem para frear pautas progres-

sistas que dizem respeito aos direitos sexuais e reprodutivos principalmente das mulheres, em relação ao controle de seus corpos. Esses processos de tensão ocorrem justamente quando agem acreditando que no jogo da representatividade a imposição da vontade da “maioria” é expressão de democracia. Ao recompor as disputas de sentidos, fica evidente como a esfera pública é um local de debates com significados diversos e como os atores religiosos ao acionarem seus sistemas cosmológicos tensionam o jogo democrático a partir da aplicação dos princípios teológicos no espaço público.

Ao acompanhar a pedagogia da prosperidade da IURD, a autora apresenta as especificidades teológicas e as práticas cotidianas de uma instituição trazendo à luz como estas redes são constituídas e como suas formulações sobre sexualidade tornam o corpo feminino alvo de controle e punição social e moral – mesmo quando as suas pautas se assemelham àquelas levantadas pelos movimentos de liberação dos corpos. Enfim, tomando o debate proposto pela autora como suscitador de uma discussão mais abrangente e pensando os entraves ao desenvolvimento da democracia brasileira no momento atual de avanço da extrema direita e do conservadorismo, podemos compreender como tais características do nosso jogo democrático se tornam barreiras para a consolidação das pautas relativas aos direitos humanos e/ou para a conquista plena da cidadania de alguns segmentos da nossa população.

Andreia Vicente da Silva é mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE.

RECEBIDO: 14/05/2018

APROVADO: 30/09/2018